



ACÓRDÃO Nº1954/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº16311/2020.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas-FAPEAM.

4- Exercício: 2013

5- Responsável: Sra. Maria Olívia Albuquerque Ribeiro Simão e da Sra. Severina de Oliveira dos Reis.

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICA.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5194/2019-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM. Exercício de 2013.

Irregularidade. Multa. Notificação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Relator que acatou em sessão o voto-vista do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas-FAPEAM, referente ao exercício 2013, de responsabilidade da **Sra. Maria Olívia Albuquerque Ribeiro Simão** e da **Sra. Severina de Oliveira dos Reis**, Diretora-Presidente e Ordenadora de despesa, respectivamente, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos termos do art. 22, III, “b”, da Lei nº 2.423/96;

10.2. Aplicar Multa ao **Sra. Maria Olívia Albuquerque Ribeiro Simão**, no valor de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, aplicada nos termos do artigo 308, VI, da Resolução nº 04/2002, c/c art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas



ACÓRDÃO Nº1954/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Notificar** a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, bem como a **Sra. Maria Olívia Albuquerque Ribeiro Simão** e da **Sra. Severina de Oliveira dos Reis**, Diretora-Presidente e Ordenadora de despesa, respectivamente, para ciência desta decisão;
- 10.4. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção, que observe com maior critério a devida aplicação dos auxílios repassados aos pesquisadores e bolsistas, considerando o elevado montante de recursos destinados à tal atividade.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Novembro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº1954/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em sessão.

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO em 29/11/2022.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 844CAB99-9316FBF0-1783B765-547133DC